

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

Empreendedorismo e precarização no meio rural brasileiro

Lia Fuhrmann Urbini

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.17735>

Submetido em: 2026-08-30

Postado em: 2026-08-31 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

EMPREENDEDORISMO E PRECARIZAÇÃO NO MEIO RURAL BRASILEIRO

LIA FUHRMANN URBINI

ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-0949-6597>

<li4urbini@gmail.com>

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia na FFLCH-USP. São Paulo (SP), Brasil.

RESUMO: O objetivo deste *paper* é compartilhar o andamento de minha pesquisa de doutorado, na qual estudo as articulações entre o avanço da financeirização no campo e o enraizamento da ideologia do empreendedorismo entre trabalhadores rurais precarizados. A investigação procura avançar na atualização dos estudos rurais, com interesse específico na ideia de desamparo social e político como eixo estruturador da conexão entre o campo ideológico e a vida cotidiana.

Inspirada na etnografia reflexiva e na proposta de estudo de caso ampliado de Michael Burawoy, busco tecer relações entre as quatro dimensões de “ampliação” que o autor propõe: a) entre participante e observador; das observações no tempo e no espaço; entre as escalas micro e macro; e entre as sucessivas reconstruções da teoria (Burawoy, 2009). A pesquisa em questão inclui uma vivência de seis meses em escolas de agroecologia, trabalhando no auxílio à escrita de materiais didáticos, a partir da qual pretendo estabelecer conexões com os estudantes, professores e os moradores do entorno que viabilizem observação participante nos municípios e a realização de entrevistas semiestruturadas com trabalhadores rurais informais em torno do tema de estudo.

Compartilho os achados iniciais da pesquisa, que envolvem a preparação do trabalho de campo e o aprimoramento da problemática sociológica do estudo. Apresento o estado da arte atual nas frentes de estudo da precarização do trabalho rural; da financeirização do campo; e dos estudos sobre empreendedorismo. Articulando o acúmulo de pesquisas nessas três frentes, busco situar meu problema de investigação e meus questionamentos até o momento.

Palavras-chave: empreendedorismo, precarização, trabalho rural, financeirização, estudo de caso ampliado

ENTREPRENEURSHIP AND PRECARIZATION IN THE BRAZILIAN COUNTRYSIDE

ABSTRACT: The objective of this paper is to share the progress of my doctoral research, in which I study the articulations between the advance of financialization in the countryside and the root-taking of entrepreneurship ideology among precariat rural workers. The investigation seeks to advance the updating of rural studies, with a specific interest in the idea of social and political helplessness as a structuring axis of the connection between the ideological realm and everyday life.

Inspired by reflexive ethnography and Michael Burawoy’s extended case method, I aim to weave connections among the four dimensions of “extension” proposed by the author: a) between participant and observer; of observations over time and space; between micro and macro scales; and between successive reconstructions of theory (Burawoy, 2009). The research in question includes six months of immersive experience in agroecology schools, assisting in writing educational materials, through which I intend to establish connections with students, teachers, and local residents to enable participant observation in the municipalities, as well as conducting semi-structured interviews with informal rural workers around the research theme.

I share the initial findings of the research, which are situated in the preparation for fieldwork and the refinement of the study's sociological problem. I present the current state of the art across three fronts of study: the precarization of rural work; the financialization of the countryside; and studies on entrepreneurship. By articulating the accumulated research on these three fronts, I seek to situate my research problem and my questions to date.

Keywords: Entrepreneurship, precarization, rural labor, financialization, extended case method

INTRODUÇÃO¹

A motivação original desta pesquisa localiza-se principalmente na experiência empírica acumulada como trabalhadora de editora de livros do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, ao acompanhar alguns dilemas operacionais de produtores expositores vinculados ao mesmo movimento nas últimas Feiras Nacionais da Reforma Agrária (2017, 2018, 2023 e 2025), realizadas em São Paulo. Nessas ocasiões, ao conversar com os feirantes de alimentos enquanto eu trabalhava vendendo livros, pude perceber como as dificuldades de acesso a crédito rural e a outras políticas públicas de moradia, estudo e qualificação profissional inviabilizam muito da permanência no campo desses produtores e de seus conhecidos, especialmente os não organizados em movimentos sociais, cooperativas ou associações.

Procurro, a partir dessas observações iniciais, ampliar meus estudos para compreender se, e como, podemos identificar conexões entre as duas pontas do grande processo de transformação social que ocorre no campo: por um lado, as dinâmicas de financeirização na economia rural e a reconfiguração dos seus principais agentes, em especial grandes produtores ou especuladores, e, por outro, as consequências práticas desse fenômeno para o trabalhador rural precarizado.

No campo das consequências para os trabalhadores rurais, me interesso tanto pelo ponto de vista do acesso ao crédito para poder manter ou viabilizar sua produção quanto pela perspectiva das estratégias que os sujeitos empregam para se garantir em tempos de doença, vulnerabilidade ou injustiças na esfera do trabalho e da manutenção da vida como um todo. Nesse sentido, a pergunta de pesquisa indaga se (e como) uma alteração macroeconômica e social como a submissão da produção

¹ Pesquisa sob orientação do prof. dr. Ruy Gomes Braga Neto.

agrícola à lógica de acionistas e fundos de investimento vigente no agronegócio financeirizado pode impactar o cotidiano de quem trabalha no campo.

Teoricamente, tal pergunta é sustentada pela articulação entre os conceitos de financeirização e desamparo. Compreendida como um regime que internaliza a lógica financeira no âmbito da produção, tratando o trabalho como uma “variável flexível” para maximizar lucros e dividendos, a financeirização se conecta na pesquisa às reflexões sobre o desamparo, conceito adotado como uma categoria política e social (e não apenas intrapsíquica) para descrever a precariedade dos laços sociais e a falha das instituições em garantir proteção (Nardi, 2006; Balestro; Lourenço, 2014; Safatle, 2020; Braga, 2023). Partindo dos achados conquistados com base no uso de conceitos mais tradicionais da área, como vulnerabilidade, pobreza rural, desalento e precarização, busca-se investigar o elemento comum do desamparo na “dupla precarização” destes trabalhadores: a objetiva (informalidade e perda de direitos) e a subjetiva (fragilização das identidades coletivas e desamparo político). O mapeamento inicial do problema indicou que o empreendedorismo aparece como uma tentativa de resposta a esse desamparo, tanto do lado dos promotores de políticas públicas quanto do lado dos trabalhadores precarizados. O trabalho de campo planejado objetiva colocar esta intuição inicial à prova, avaliando a pertinência da generalização dessa afirmação e as implicações advindas desse tipo de resposta.

A justificativa da pesquisa reside na urgência de compreender o custo humano abrangente da alegada eficiência produtiva do modelo do agronegócio para exportação, que coexiste com a degradação social e ambiental e a insegurança alimentar e não parece responder às necessidades dos pequenos produtores rurais. Além disso, ela visa preencher uma lacuna de estudos ao buscar identificar os efeitos da financeirização sobre uma categoria historicamente menos enfatizada nesses estudos, o trabalhador rural, especialmente nesta articulação entre desamparo subjetivo e objetivo. Por fim, também pretende contribuir para um mapeamento das formas de resistência popular em contextos de precarização e, eventualmente, fornecer subsídios para ações que enfrentem a degradação das condições de trabalho e vida no campo.

1. A FINANCEIRIZAÇÃO DO CAMPO E AS TRANSFORMAÇÕES NO TRABALHO RURAL

Vivemos hoje no que a ONU designou de década da Agricultura Familiar (2019-2028), instituída como forma de reconhecer essa modalidade de produção como fundamental para a segurança alimentar, o combate à pobreza e a conservação ambiental. A despeito das limitações e

contradições da agência, trata-se de uma tentativa institucional que promove algumas ações de combate aos danos do capitalismo desregulado no campo, trazendo visibilidade para o embate entre os modelos produtivos do agronegócio e da agricultura familiar.

No Brasil, o agricultor familiar e “empreendedor rural” – incluindo, para além da agricultura e pecuária, os silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores artesanais – é definido legalmente pela gestão e trabalho predominantemente familiares em pequenas propriedades de até quatro módulos fiscais, caracterizando-se pela escala reduzida em oposição ao agronegócio industrial (Brasil, 2006). Essa categoria de trabalhadores sobrevive em meio a um cenário de acentuada desigualdade socioeconômica e concentração fundiária, em que 1% dos proprietários rurais controla quase metade da área rural (índice Gini de 0,86) (Capetti, 2019, n.p.) e o 1% mais rico da população detém 22% da renda nacional (Quatrochi, 2025, n.p.), contrastando com o fato de a maior parte das propriedades (77%) ainda ser de agricultura familiar, que emprega mais de 10 milhões de pessoas e produz 70% dos alimentos consumidos no país (IBGE, 2019; Camargos, 2026).

Essa disparidade é aprofundada por políticas públicas que privilegiam o agronegócio, evidenciada por exemplo pela destinação de R\$ 400 bilhões ao Plano Safra contra R\$ 85 bilhões ao Pronaf em 2024/2025 (dados do Ministério da Agricultura e Pecuária, Agência Gov, 2024), além da drástica redução nas desapropriações para reforma agrária desde 2011 e da apropriação indevida de recursos da agricultura familiar pelo próprio agro (Gimenes, 2025; Buainain *et al.*, 2014; Souza; Albuquerque, 2023).

Enquanto o agronegócio hegemoniza os recursos e a renda agrícola, impulsionado pelo peso de seu poder financeiro e pela Frente Parlamentar da Agropecuária, a agricultura familiar opera sob um projeto antagônico de sustentabilidade e preservação de bens comuns. Apesar da existência de programas de apoio (como Pronaf, PAA e PNAE), essas iniciativas têm se mostrado insuficientes diante do declínio constante no número desses estabelecimentos e de desafios crescentes, como os impactos da crise climática, o avanço do garimpo, do desmatamento ilegal, do narcotráfico e da violência no campo (Krajevski *et al.*, 2026; Kawada, 2026; Dip *et al.*, 2025; Silva; Nunes, 2023).

Para investigar adequadamente as tensões e contradições envolvidas no impasse entre a agricultura familiar e o agronegócio, faz-se necessário inscrever a pesquisa no debate mais amplo sobre as transformações do mundo do trabalho sob o capital financeirizado (Santos, Souza e Silveira, 1998;

Santos, 2002; Oliveira, 2003; Davis, 2006 e 2022; Braga, 2012, 2015 e 2023; Lavinias, 2023 e 2024), em articulação com reflexões sobre a ruralidade hoje e a degradação das relações laborais no campo (p. e. Bruno, 2008 e 2019; Farias, 2020; Silva, 2008, 2024; Silva *et al.*, 2014; Picolotto, 2024). Mais especificamente, busca-se analisar as consequências desse processo para o trabalhador rural.

No meio rural brasileiro, a transição para monoculturas mecanizadas a partir da década de 1970 substituiu o trabalho permanente no campo pela figura do “trabalhador volante” ou “boia-fria”, submetido a uma sazonalidade extrema e a uma severa instabilidade de renda (Gonzales; Bastos, 1977; Gasques *et al.*, 2014). Foi também o momento em que se destacou a expansão da fronteira agrícola em direção ao Centro-Oeste brasileiro. Nas palavras de José Graziano da Silva (1996), tratou-se de um processo de “modernização dolorosa”, na esteira da ideia de “modernização conservadora”.²

A política macroeconômica recessiva adotada nos anos 1980, combinada com desvalorizações significativas da taxa de câmbio para estimular as exportações, resultou na crescente importância econômica e política das cadeias agroindustriais produtoras de *commodities* para o mercado internacional (Delgado, 2012). As relações de trabalho e as formas de exploração no campo brasileiro a partir de então se transformam intensamente, momento em que podemos situar as bases do estabelecimento do agronegócio no país (Silva, 1996; Delgado, 2012; Oliveira, 2015; Medeiros, 2024; Leite, 2024).

Mais recentemente, a partir da transição para o século XXI, essa “modernização conservadora” tem se reeditado por meio do modelo de agronegócio financeirizado. Recorre-se aqui a definições de financeirização como as de Epstein (2005), Nóvoa e Balanco (2013), Paulani (2016) e Lavinias (2023), que em comum apresentam a ascensão do capital financeiro como força hegemônica na economia, deslocando a busca por lucro da esfera produtiva para a especulativa – via juros, dividendos e mercados de ações – e subordinando o capital produtivo (indústria, agricultura) a essa lógica.

No campo, esse processo se expressa concretamente pela transformação da terra em ativo financeiro de alta liquidez, pelo fenômeno da apropriação de vastas extensões de terras por indivíduos ou corporações (*land grabbing*) e pela expansão dos cultivos flexíveis (soja, milho, cana), cuja produção

² Processo pelo qual as elites tradicionais, no caso os grandes proprietários agrários, conduzem a industrialização sem alterar a estrutura de propriedade da terra. Um estudo incontornável que avançou neste ponto é *A crítica à razão dualista*, de Francisco de Oliveira (2003 [1972]), que mostra como é a própria base das relações de trabalho “atrasadas” na agricultura que permite o tipo de “modernização” da industrialização desenvolvida no país.

é ditada por mercados de derivativos e pela busca de dividendos imediatos para rentistas (Leite, 2024; Martins, 2024).

Mas como essa ofensiva financeira tem se viabilizado diante das leis de proteção ao trabalhador rural e ao meio ambiente? Na arena da representação política, atores de peso como a Frente Parlamentar da Agropecuária, composta pelos representantes do capital financeiro ligado à agropecuária, tem garantido leis e políticas que facilitam a expansão dos lucros no setor via flexibilização das leis trabalhistas, redução da fiscalização ambiental, grilagem de terras e sufocamento da produção de alimentos diversificados (que geram mais empregos) em favor de grandes monoculturas, além de barrar o avanço da reforma agrária e demais políticas de permanência dos trabalhadores fora das grandes cidades (Pompeia, 2021). Enquanto isso, o trabalhador rural precarizado vivencia as consequências desse processo na pele: a concentração fundiária lhe expulsa de sua casa ou precariza as suas condições de moradia (Rodrigues *et al.*, 2020); e as agroindústrias, pressionadas pelos bancos e grandes acionistas, cortam custos, reduzindo salários e demais direitos trabalhistas – incluindo piora nas condições de segurança, como a exposição a agrotóxicos e acidentes com máquinas (Bracht, 2022; Paz; Rezende, 2023).

No campo das políticas públicas para o campo, a tensão entre trabalho e capital se expressa em uma situação contraditória, em que um ministério específico para o agronegócio (Mapa) coexiste com o da agricultura familiar (MDA) com políticas que muitas vezes se contrapõem, a própria lógica de investimentos parece seguir caminhos cruzados: enquanto a política do Mapa se concentra na promoção do produto, a política principal do MDA foca na subsistência do produtor, com pouco fôlego para colocar a produção da agricultura familiar em pé de igualdade, ainda que guardadas as diferenças de escala, com a produção do agronegócio.³

Mike Davis, em *Planeta Favela* (2006), já apontava para a formação de um “proletariado informal” global, excluído das proteções sociais e submetido a condições de vida cada vez mais precárias. No campo brasileiro, esse processo é expressão da expansão do agronegócio financeirizado convivendo e revivificando formas extremas de exploração, como o trabalho análogo à escravidão e toda sorte de abusos (Silva; Bueno; Melo, 2014; Silva, 2008; Vieira; Bruno, 2011; Guanais, 2018; Farias, 2020). Antunes (2005) também discute como a reestruturação produtiva no Brasil gerou uma nova

³ Consideração a partir da reflexão da professora Márcia Lima, em interlocução durante a entrevista no processo seletivo para o programa de Sociologia da Universidade de São Paulo.

morfologia do trabalho, na qual a precariedade se torna estrutural. Especificamente no campo, essa dinâmica se manifesta nos contratos temporários e informais, dificultando a ação coletiva que já é por natureza mais dispersa no território.

A população do campo, portanto, que historicamente mal alcançara patamares mínimos de proteção social comparáveis aos urbanos às portas do século XXI, sofre um revés na progressão de direitos e passa a enfrentar uma dupla precarização: objetiva, marcada pela informalidade, terceirização e perda de direitos (Ploeg, 2008; Silva, 2008, 2024; Guanais, 2018; Bruno, 2008, 2019; Pompeia, 2021); e subjetiva, expressa no desamparo político, na fragilização de identidades coletivas e na dificuldade de organização sindical (Picolotto, 2018; Correa, 2021; Favareto, 2006). Essa dupla precarização, de acordo com Braga (2012, 2023), Lavinias (2023, 2024) e, em outros termos, Safatle (2020, 2021), não se limita à esfera econômica, mas redefine as relações sociais como um todo, impondo uma lógica que desestrutura direitos e fragiliza tanto a organização quanto a subjetividade dos trabalhadores.

Farias, ao analisar a formação e a situação da classe trabalhadora do campo no Brasil, aponta como esta deve ser analisada “como síntese em potencial de uma série heterogênea de frações ou grupos submetidos a um conjunto multifacetado, diversificado e articulado de contradições com a ordem do capital” (2020, p. 325). Ao partilhar dessa premissa investigativa, e acompanhando Safatle (2020) no diagnóstico psicanalítico e filosófico geral, mas especificando para a realidade do campo brasileiro, se a experiência camponesa tem sido historicamente marcada pela expropriação, pela errância, pelos deslocamentos e desenraizamentos, busco compreender com esta pesquisa em quais circunstâncias essas marcas de destituição impulsionam apenas medo e desilusão; em quais elas produzem demandas exclusivamente de cuidado – o que, apesar de compreensível, tem algo de regressivo, ao afirmar a dependência em relação aos entes “cidade” e “Estado” –; e em quais esse desamparo, ao ser afirmado e mobilizado coletivamente, se torna impulso de uma transformação política mais ampla, uma vez que muitos sujeitos seguem se empenhando cotidianamente para garantir a permanência no campo com qualidade, o que engloba a luta por educação, direitos sociais e respeito ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores.

Em mapeamentos prévios em pesquisas brasileiras sobre o impacto da precarização nas subjetividades, foi possível identificar um conjunto de estudos que articulam saúde mental e trabalho precarizado no campo dentro da saúde coletiva, da psicologia ou da saúde do trabalhador, mas nenhum especificamente dentro da sociologia (p.e. Araujo *et al.*, Costa *et al.*, 2013; Costa; Dimenstein,

2017). A presente investigação inova, portanto, ao propor a análise articulada das condições materiais e simbólicas que produzem o desamparo⁴ político e social do trabalhador rural precarizado no Brasil diante do contexto da financeirização da agricultura, bem como as formas de resistência e reação a essa situação.

2. O DESAMPARO DO TRABALHADOR RURAL PRECARIZADO

Tomando em consideração tal contexto da precarização do trabalho rural e da financeirização da agricultura no Brasil, o desamparo entra nessa pesquisa como uma condição produzida por mecanismos objetivos e subjetivos que desestruturam os suportes de existência do trabalhador. Diferente de uma visão estritamente intrapsíquica, ele aqui tem a intenção de operar como uma categoria política e social que abrange a precariedade dos laços sociais, a interdependência humana e a falha das instituições em garantir proteção (Nardi, 2006).

O desamparo no campo pode se originar da ausência ou do dismantelamento dos suportes coletivos (como a seguridade social e os direitos trabalhistas) que permitem ao sujeito exercer sua cidadania plena. Estudos como os de Henrique Nardi (2006) mostram que os trabalhadores rurais têm atravessado processos de “invalidação social” e “desfiliação”, pois perdem o vínculo com o emprego, fator importante para a integração.

A financeirização no agronegócio parece intensificar este processo, tratando o trabalho como uma “variável flexível” a ser minimizada para garantir dividendos, subordinando a proteção social do trabalhador à segurança do ativo financeiro (Balestro; Lourenço, 2014). Esse processo retira os suportes materiais, empurrando o trabalhador rural precarizado para um tipo de “individualismo negativo” — onde o sujeito está abandonado à própria sorte, sem estruturas coletivas de suporte. (Francisco de Oliveira, 2003, a partir das pistas de Castels). O modelo agrário brasileiro predominante operaria, assim, aprofundando o diagnóstico de José de Souza Martins (2001) por meio de uma “inclusão perversa” do trabalhador rural, em que o sistema o inclui apenas para superexplorá-lo sob regimes de precariedade, mantendo-o em um estado de dependência e vulnerabilidade. Não se trata

⁴ Conceito entendido aqui não como fenômeno individual e intrapsíquico, mas como uma categoria que abrange a interdependência humana, a precariedade social e a organização política (Safatle, 2020).

de um desajustamento individual, mas determinado pela situação social que impede o sujeito de lutar contra o processo mais amplo de expulsão do campo.

É nesse sentido que a categoria desamparo pode ganhar sustentação sociológica, ao ser vinculada à exclusão do antagonismo político. Quando as demandas sociais do trabalhador rural precarizado são silenciadas ou não reconhecidas pelas instituições, cria-se uma tensão que esvazia a esfera política. O Estado, na medida em que atua como uma espécie de fiador do capital financeiro, acaba se configurando como o “arquiteto jurídico” de um modelo que precariza o trabalho (Balestro; Lourenço, 2014). Com presença intensa para o lado do capital e reduzida para o lado do social, o Estado, dadas as desproporções das políticas públicas empregadas no setor, nos parece corresponsável por situações de desamparo social agudo. Já a hegemonia ideológica do agronegócio para a produção de *commodities* age no sentido de projetar o setor como motor único da riqueza nacional, inviabilizando métodos alternativos de produção de alimentos e de vida no campo e ocultando a expropriação de territórios tradicionais e camponeses.

O desamparo é então entendido aqui como conceito que antecede a condição de desalento, uma modalidade extrema onde o sujeito se sente condenado a um “eterno presente” de repetição da precariedade, sem horizonte de futuro ou apelo ao outro (situação já identificada por Francisco de Oliveira, 2003, e aprofundada nos dias de hoje). A pesquisa trabalha, portanto, com a possibilidade de que o desamparo não leve apenas à desilusão, e que, quando afirmado e mobilizado coletivamente, possa se tornar impulso para a transformação política, levando à formação de redes de solidariedade e demais estratégias de elaboração de futuros alternativos à lógica de “expulsão” do campo intensificada pela financeirização.

4. O EMPREENDEDORISMO COMO IDEOLOGIA QUE “RESPONDE” AO DESAMPARO, E SUAS LIMITAÇÕES

O conceito de empreendedorismo por si só já vem sendo objeto de muita pesquisa, em suas diversas acepções. Para a presente pesquisa, interessa abarcá-lo principalmente enquanto ideologia, o que implica rastrear os principais modos pelos quais ele é visto enquanto prática e adicionar a esse rastreamento a análise sobre uma específica leitura de mundo a partir da qual essa prática se difunde, atrelada a uma perspectiva de classe hegemônica (a classe proprietária). Um livro é especialmente feliz em sintetizar esta tarefa: *Critique of Entrepreneurship: people and policy*, de Peter Armstrong (2005).

Armstrong compreende o empreendedorismo, antes de mais nada, como uma política de Estado. Iniciando sua análise sobre a gênese do conceito, ele percebe que valores do que ele chama de “cultura empresarial” (otimismo quanto à mobilidade individual, aceitação da desigualdade de renda como estímulo para ação e rejeição do Estado de bem-estar social) já estavam presentes nas reflexões de Thomas Jefferson,⁵ com sua “democracia da propriedade”. Em seguida, passaram pelos pensadores da regulação corporativista do entre-guerras e do pós-guerra e encontraram terreno fértil para florescer após a crise de rentabilidade do fordismo, a partir dos anos 1970, com o neoliberalismo idealizado por Hayek e Friedman e tornado política de governo principalmente com Margareth Thatcher, na Inglaterra, e Ronald Reagan, nos EUA.

Valendo-se de “casos emblemáticos” de empreendedores famosos, Armstrong faz uma recuperação histórica de dados ocultados nas narrativas oficiais para mostrar como ideias centrais do empreendedorismo como a livre concorrência seriam ficções, e que o êxito empresarial de muitos ícones neoliberais se deveu a excedentes bélicos, contratos governamentais, subsídios de exportação e tantos outros recursos paralelos à sagacidade individual e ao aproveitamento de janelas de oportunidades igualmente distribuídas e acessáveis entre os agentes. O autor também investiga programas de subsídio ao empreendedorismo, como o financiamento de ferrovias estadunidenses no século XIX e os programas de apoio às pequenas empresas nos EUA e Inglaterra, e conclui que eles consistiram basicamente em captura dos fundos públicos por indivíduos que se aproveitaram para socializar o risco e privatizar os ganhos, no lugar de gerar algum investimento genuinamente produtivo.

Ao alcançar o período mais contemporâneo do Vale do Silício, Armstrong também identifica uma dependência estrutural de financiamento estatal por parte do Departamento de Defesa dos EUA e de grandes corporações para os projetos assinados por empreendedores independentes. Para o autor, o empreendedorismo operaria como um revestimento para as políticas regressivas (como cortes de impostos para ricos, enfraquecimento sindical e cortes de benefícios sociais), apresentadas com uma linguagem aceitável em termos morais (a saber, as ideias de incentivo, liberdade e ousadia).

Tal panorama, oriundo dos estudos críticos da gestão, costuma caminhar em paralelo a outros estudos sobre as consequências sociais do neoliberalismo. O interessante desta primeira abordagem é revelar como o empreendedorismo não nasce com o neoliberalismo, apenas se fortalece. Como complemento crítico a Armstrong, Chistina Lubinski e Hannah Trucher, no artigo

⁵ Tendo vivido entre 1743 e 1826, foi o terceiro presidente dos Estados Unidos e considerado um dos pais fundadores da nação.

“Entrepreneurialism: conceptual exploration of an ideology” (2026), se distanciam da abordagem da gestão ao entenderem o empreendedorismo não apenas como prática, mas também como uma estrutura ideológica que organiza tanto decisões como relações sociais.

Mais do que uma ação individual de empreender, replicada por muitos sujeitos, o termo *entrepreneurialism*, também usado pelas autoras, abarcaria a ideia de “cultura empreendedora”, que abrangeria outras esferas da vida, como a política, a educação, as identidades pessoais e as relações de trabalho. Essa cultura seria, para elas, uma lente interpretativa, que organizaria quem tem agência, o que conta como sucesso, o que tem valor moral e o que é considerado progresso. Apesar de não citarem outro trabalho relevante sobre o tema, *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal* (Dardot; Laval, 2016), é possível identificar muitas semelhanças nos argumentos.

De Dardot e Laval, especificamente para a pesquisa sobre o desamparo nas zonas rurais, também podemos extrair mais algumas considerações importantes. Lastreados nas reflexões de Foucault, os autores entendem o empreendedorismo no neoliberalismo como uma forma de governamentalidade e coerção. Ao se generalizar como uma racionalidade política global, ele passa a ser um imperativo de conduta ao qual se deve aderir não apenas por simpatia com uma determinada visão de mundo, mas porque ser “empreendedor” se torna a única saída para assalariados mal pagos, desempregados ou prestadores de serviços.

Sob tal perspectiva, a autogestão sob métricas empresariais, metas de desempenho, concorrência e avaliações contínuas se torna impositiva no cotidiano do trabalho e fora dele, a despeito do nível de concordância que os sujeitos apresentem com respeito ao discurso empreendedor. Este aspecto nos parece pertinente, pois mostra como a corrosão da solidariedade advém estruturalmente da internalização da competição interindividual como padrão básico de relação social. Além disso, ela permite detalhar melhor o processo histórico por trás de novas patologias psíquicas, como o *burnout*, e da acentuação das antigas, como a depressão e a ansiedade: a exigência ininterrupta de autossuficiência, superação e desempenho seria, para os autores, expressão subjetiva das exigências de rentabilidade do capital.

Ao articular as reflexões sobre empreendedorismo dos autores mobilizados nesta seção, os limites da “resposta” do empreendedorismo para o desamparo dos trabalhadores rurais se mostram teoricamente evidentes. Ao conceber a saída para a vulnerabilidade social estritamente pelo prisma da autossuficiência, do desempenho individual e da assimilação de riscos privados, o discurso empreendedor desconsidera a dependência estrutural que os pequenos produtores e trabalhadores rurais têm de bens públicos essenciais, tais como infraestrutura, crédito subsidiado, assistência técnica

e políticas de proteção social. Utilizado inclusive como parte estruturante de políticas públicas para “impulsionar” o pequeno produtor, esse discurso e sua expressão material em cursos e capacitações não é suficiente para se contrapor ao êxodo e a precarização rural; ao contrário, pode aprofundá-los. O passo seguinte, investigar esses limites do empreendedorismo em exemplos concretos do trabalho de campo, é a parte do trabalho que ainda está por fazer, e para a qual procurarei mobilizar o estudo de caso ampliado, de Michael Burawoy.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos argumentos expostos ao longo do artigo, procurei demonstrar a estrutura da pesquisa que investiga como as transformações macroeconômicas que o meio rural brasileiro enfrenta advindas da expansão do agronegócio financeirizado afetam de maneira profunda o cotidiano do trabalhador rural, em especial o seu setor informal.

A hipótese central é que essa dinâmica econômica, política e social gera uma dupla precarização, objetiva e subjetiva, em um cenário em que as políticas públicas de proteção social e as iniciativas coletivas populares não conseguem dar conta das necessidades dos trabalhadores – ao contrário, são inclusive atacadas e atrofiadas. Nesse terreno, a ideologia do empreendedorismo parece se apresentar como uma tentativa de resposta, pautada no desempenho e na responsabilidade individual.

Como metodologia, proponho como base o que o sociólogo Michael Burawoy chama de estudo de caso ampliado, baseado em uma etnografia reflexiva (2003, 2009) como maneira de articular análise estrutural com o mapeamento das principais características da situação atual do trabalhador rural. Por meio do estudo de grupos de trabalhadores rurais submetidos a relações de precarização, procuro testar a hipótese anteriormente apresentada, além de mais algumas hipóteses secundárias.

Toda a trajetória de pesquisa de Burawoy é composta por reflexões metodológicas em articulação com a teoria marxista. No entanto, destaco estes dois textos em especial por representarem produções mais recentes do autor. Neles, aparece um balanço dos trabalhos anteriores e algumas sínteses das principais categorias utilizadas pelo sociólogo e seus grupos de pesquisa. Para a presente pesquisa, importa mencionar sua compreensão de etnografia reflexiva e seu papel na articulação entre as esferas micro e macro por meio da teoria:

A etnografia reflexiva pode ser vista como a abordagem de uma sequência de contradições que se desdobram ao longo da pesquisa: a) entre o observador e os sujeitos estudados; b) entre a teoria que o pesquisador traz consigo e a empiria; c) entre o caráter dinâmico dos casos estudados e a tendência a considerá-los estáticos; d) entre essa dinâmica interna e as forças externas ao caso de estudo que intervêm em sua configuração. (Burawoy, 2009, p. 10)

Para o autor, “a teoria fica como um poço estagnado se for divorciada de sua força vital, a pesquisa empírica, que, paradoxalmente, também ameaça sua própria existência. A vitalidade de uma tradição teórica depende de ser continuamente posta à prova e, então, superá-la com estratégias engenhosas de sobrevivência” (Burawoy, 2009, p. 80). Para tanto,

a etnografia reflexiva reconhece dois dilemas fundamentais: 1) existe um mundo fora de nós (momento realista), mas os etnógrafos só podem conhecê-lo por meio de sua relação com ele (momento construtivista); 2) os etnógrafos são parte desse mundo (momento interno), mas apenas parte dele (momento externo). Não há como transcender esses dilemas – por isso, a etnografia reflexiva deve considerar todos os quatro momentos. (2009, p. 123),

tematizando o observador como participante, reconstruindo a teoria, analisando processos internos e examinando forças externas.

A escolha desse referencial se deve pelo fato de sua abordagem contemplar ao mesmo tempo etnografia e articulação com a teoria sociológica existente de uma maneira que considero aplicável dentro dos contornos e limitações de uma pesquisa de doutorado. Tanto em termos dos referenciais bibliográficos quanto em relação aos parâmetros que Burawoy utiliza para a sua sociologia do trabalho, identifiquei afinidades que o tornam um modelo de grande serventia para o desenho do método de investigação para o tema proposto.

Nesse sentido, é em confluência com o trabalho de campo, em alimentação recíproca, que a análise bibliográfica será realizada ao longo de toda a pesquisa, reorientada e realinhada pelas – bem como reorientando e realinhando as – necessidades e novas questões surgidas no campo. Por sua vez, a etnografia se concentrará em mapear a trajetória de trabalho, o acesso a políticas públicas, a percepção sobre o agronegócio e as estratégias de organização coletiva dos trabalhadores rurais cujo sustento venha predominantemente de trabalhos informais no meio rural.

Ao compartilhar as premissas investigativas e o estado da arte das principais frentes em que se divide o estudo (a precarização do trabalho e da vida no campo; o impacto da financeirização na organização da agroindústria e da vida econômica e social no campo; e o papel da ideologia do empreendedorismo no contexto destas transformações), o intuito é, a partir do exposto, poder ouvir considerações, ponderações e sugestões que possam subsidiar o planejamento das próximas etapas da pesquisa.

DECLARAÇÃO DE USO DE FERRAMENTA DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

A escrita deste artigo contou com o uso da ferramenta Languagetool para revisão ortográfica, da plataforma Leapspace para a pesquisa de artigos científicos e da Gemini para tradução do resumo.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA GOV. Lula lança Plano Safra 24/25 com R\$ 400,59 bilhões para médios e grandes produtores rurais. Brasília, 3 jul. 2024. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202407/lula-lanca-plano-safra-24-25-com-r-400-59-bilhoes-para-medios-e-grandes-produtores-rurais>. Acesso em: 6 jul. 2025.

ANTUNES, Ricardo. *O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2005.

ARAÚJO, J. N. G. *et al.* Agrotóxicos: a semente plantada no corpo e na mente dos trabalhadores rurais. *Psicol. rev.* (Belo Horizonte), v. 19, n. 3, Belo Horizonte 2013. Disponível em: <https://doi.org/DOI-10.5752/P.1678-9563.2013v19n3p389> Acesso em: 15/07/2026.

ARMSTRONG, Peter. *Critique of entrepreneurship*. People and policy. New York/Hampshire: Palgrave Macmillan, 2005.

BALESTRO, M. V.; LOURENÇO, L. C. B. Notas para uma análise da financeirização do agronegócio: além da volatilidade dos preços das commodities. In: BUAINAIN, A. M. *et al.* (ed.). *O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola*. Brasília: Embrapa, 2014. p. 241-265.

BRACHT, Ana Julia de Melo. O Papel da Agroindústria no Capitalismo do Fim do Mundo e as Relações de Trabalho Migrante nos Frigoríficos como Aspecto da Necropolítica Brasileira. 2022. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento) – Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política, Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2022. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/items/e17fc164-f74d-4374-a0f2-e06f70dd81d4>. Acesso em: 21 jun. 2026.

BRAGA, Ruy. *A angústia do precariado: trabalho e solidariedade no capitalismo racial*. São Paulo: Boitempo, 2023.

BRAGA, Ruy. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo, 2012.

BRAGA, Ruy. *A pulsão plebeia: trabalho, precariedade e rebeliões sociais*. São Paulo: Alameda, 2015.

BRASIL. Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 25 jul. 2006.

BRUNO, Regina A. L. A humilhação como recurso de poder: empregadores e trabalhadores rurais escravizados no Brasil Contemporâneo. In: LEITE, Sérgio Pereira; BRUNO, Regina A. L. (org.). *O Rural Brasileiro na Perspectiva do Século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2019. v. 1, p. 151-166.

BRUNO, Regina A. L. Agronegócio e novos modos de conflituosidade. In: FERNANDES, Bernardo Mançano (org.). *Campesinato e Agronegócio na América Latina: a questão agrária atual*. São Paulo: Expressão Popular, 2008. v. 1, p. 1-432.

BUAINAIN, Antonio. Alguns condicionantes do novo padrão de acumulação da agricultura brasileira. In: Buainain, A. *et al.* (eds). *O mundo rural no Brasil do século 21. A formação de um novo padrão agrário e agrícola*. Brasília/Campinas: Embrapa/Unicamp, 2014.

BURAWOY, Michael. Revisits: an outline of a theory of reflexive ethnography. *American Sociological Review*, v. 68, n. 5, p. 645-679, out. 2003.

BURAWOY, Michael. *The extended case method: Four countries, four decades, four great transformations, and one theoretical tradition*. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 2009.

CAMARGOS, Daniel. Em 3 anos, Lula 3 desapropria menos terras para reforma agrária que Temer. *Repórter Brasil*, 24 mar. 2026. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2026/03/latifundio-lula-reforma-agraria/>. Acesso em: 21 jun. 2026

CAPETI, Pedro. Concentração no campo bate recorde e 1% das propriedades rurais tem quase metade da área no Brasil. *O Globo*, Rio de Janeiro, 25 out. 2019. Economia. Disponível em:

<https://oglobo.globo.com/economia/concentracao-no-campo-bate-recorde-1-das-propriedades-rurais-tem-quase-metade-da-area-no-brasil-24040134>. Acesso em: 21 jun. 2026.

CORRÊA, Ê. G. O sindicalismo de trabalhadores rurais como objeto de disputa e como agente de construção de centrais sindicais no Brasil (2003-2017). *Cad. CRH*, 34, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/ccrh.v34i0.42338> Acesso em: 15 jul. 2026.

COSTA, M. da G.S.G. da; DIMENSTEIN, M.D.B.; LEITE, J.F. Condições de vida, gênero e saúde mental entre trabalhadoras rurais assentadas. *Estud psicol* (Natal). 2014, 19(2), p. 145-54. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2014000200007> Acesso em: 15/07/2026.

COSTA, M.C.; DIMENSTEIN, M. Cuidado Psicossocial em Saúde Mental em Contextos Rurais. *Trends in Psychology*, 25(4), p. 1653-64, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.9788/TP2017.4-09Pt> Acesso em: 15/07/2026.

DARDOY, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo*. Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, Mike. *Holocaustos coloniais: a criação do terceiro mundo*. São Paulo: Veneta, 2022.

DAVIS, Mike. *Planeta favela*. São Paulo: Boitempo, 2006.

DELGADO, G. C. *Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)*. Porto Alegre: EDUEFRGS, 2012.

DIP, Andrea; TERTO, Ricardo; DIOGO, Stela; OLIVEIRA, Rafaela de. Narcotráfico escala na Amazônia e afeta comunidades tradicionais. *Agência Pública*, [s. l.], 31 ago. 2025. Entrevista com Aiala Colares. Disponível em: <https://apublica.org/2025/08/narcotrafico-escala-na-amazonia-e-afeta-comunidades-tradicionais/>. Acesso em: 21 jun. 2026.

EPSTEIN, G. Introduction: financialization and the world economy. In: EPSTEIN, G. (ed.). *Financialization and the World economy*. Cheltenham/Northampton: Edward Elgar, 2005. p. 3-16.

FARIAS, Luiz Felipe Ferrari Cerqueira. Classe trabalhadora na “capital do agronegócio”: terra, trabalho e espaço urbano em Sorriso. 2020. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

FAVARETO, A. Agricultores, trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil. *Revista Brasileira De Ciências Sociais*, 21(62), 27-44. 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092006000300002> Acesso em: 15 jul. 2026.

GASQUES, José Garcia *et al.* Produtividade da agricultura: resultados para o Brasil e estados selecionados. *Revista de Política Agrícola*, v. 23, n. 3, p. 87-98, 2014. Disponível em: <https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/943>. Acesso em: 22 jun. 2026.

GIMENES, Erick. Porque o agronegócio fica com o dinheiro da agricultura familiar. *Nexo Jornal*, 8 jun. 2025.

GONZALES, Elbio N. e BASTOS, Maria Inês. “O trabalho volante na agricultura brasileira”. In: Paul Singer *et al.* *Capital e trabalho no campo*. São Paulo, Hucitec, 1977, pp. 25-47. Coleção Estudos brasileiros, 7.

GUANAIS, Juliana. *Pagamento por produção, intensificação do trabalho e superexploração na agroindústria canavieira brasileira*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA: Censo agropecuário 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

KAWADA, Letycia Treitero. Estudo revela evolução do garimpo ilegal e novas táticas de exploração. *Agência Brasil*, São Paulo, 11 mai. 2026. Direitos Humanos. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2026-05/estudo-revela-evolucao-do-garimpo-ilegal-e-novas-taticas-de-exploracao>. Acesso em: 21 jun. 2026.

KRAJEVSKI, Luis Claudio; TELES, Gabriela Caramuru; BOSQUEROLLI, Arthur Martins. Reprodução ampliada da devastação: concentração fundiária, agronegócio e impactos ambientais no

- Brasil. *Revista NERA*, Presidente Prudente, v. 29, n. 1, e11086, 22 abr. 2026. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/11086>. Acesso em: 21 jun. 2026.
- LAVINAS, Lena *et al.* (org.). *Financeirização: crise, estagnação e desigualdade*. São Paulo: Contracorrente, 2024.
- LAVINAS, Lena. Crise, financeirização e desafios da redistribuição no século XXI. *Revista da ABET*, v. 22, n. 2, p. 1-20, jul./dez. 2023.
- LEITE, Sérgio Pereira. Estado e financeirização da agricultura brasileira. In: LAVINAS, Lena *et al.* (org.). *Financeirização: crise, estagnação e desigualdade*. São Paulo: Contracorrente, 2024. p. 115-140.
- LUBINSKI, Christina; TUCKER, Hannah Knox. Entrepreneurialism: conceptual exploration of an ideology, *Entrepreneurship & Regional Development*, 38:1-2, 1-17, 2025. DOI: 10.1080/08985626.2025.2547038
- MARTINS, José de Souza. O futuro da Sociologia Rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural. *Revista Estudos Avançados*, v. 15, n. 43, 2001.
- MARTINS, Norberto Montani. Introdução. In: LAVINAS, Lena *et al.* (org.). *Financeirização: crise, estagnação e desigualdade*. São Paulo: Contracorrente, 2024. p. 15-30.
- MEDEIROS, M. C. Capital financeiro e agricultura: um debate sobre as bases teóricas de interpretação. *Geosp*, v. 28, n. 3, p. 1-19, e196384, 2024. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2024.196384pt>.
- NARDI, Henrique Caetano. *Ética, trabalho e subjetividade: trajetórias de vida no contexto das transformações do capitalismo contemporâneo*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2006.
- NÓVOA, Jorge; BALANCO, Paulo. O último estágio do capital: a crise e a dominação do capital financeiro no mundo. *Caderno CRH*, Salvador, v. 26, n. 67, p. 11-26, jan./abr. 2013.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. A mundialização do capital e a crise do neoliberalismo: o lugar mundial da agricultura brasileira. *Geosp – Espaço e Tempo*, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 228-245, 2015. DOI: <http://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2015.102776>.
- OLIVEIRA, F. *Crítica à razão dualista: O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- PAULANI, Leda. Acumulação e rentismo: resgatando a teoria da renda de Marx para pensar o capitalismo. *Revista de Economia Política*, v. 36, n. 3, p. 512-535, 2016.
- PAZ, Juliana Vieira; REZENDE, Vanessa Theodoro. Agrotóxicos no Brasil: entre a produção e a segurança alimentar. *Jornal da USP*, São Paulo, 11 dez. 2023. Artigos. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/agrotoxicos-no-brasil-entre-a-producao-e-a-seguranca-alimentar/>. Acesso em: 21 jun. 2026.
- PICOLOTTI, E. L. Pluralidade sindical no campo? agricultores familiares e assalariados rurais em um cenário de disputas. *Lua Nova: Revista De Cultura E Política*, (104), 201-238, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-201238/104> Acesso em: 15 jul. 2026.
- PICOLOTTI, Everton. Gigante com pés de barro: o trabalhador rural como elo frágil do agronegócio em tempos de Reformas Trabalhistas. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 67, ano 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/dados.2024.67.3.326>
- PLOEG, Jan. *Camponeses e impérios alimentares: luta por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.
- POMPEIA, Caio. *Formação política do agronegócio*. São Paulo: Elefante, 2021.
- QUATROCHI, Gabriel. Desigualdade de renda pelo topo: ensaios críticos sobre financeirização, governança corporativa e remuneração de CEOs e Diretores Executivos no Brasil. 2025. 1 recurso online (280 p.) Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Instituto de Economia, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/41429>. Acesso em: 22 jun. 2026.
- RODRIGUES, Fernando de Jesus; FELTRAN, Gabriel; ZAMBON, Gregório. Apresentação: Expansão das facções, mutação dos mercados ilegais. *Novos Estudos Cebap*, 42 (1), pp.11-18, 2023.

SAFATLE, V. A economia é a continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e o neoliberalismo como economia moral. In: SAFATLE, V.; SILVA JÚNIOR, Nelson; DUNKER, C. (org.). *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. p. 45-72.

SAFATLE, V. *O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo*. São Paulo: Autêntica, 2020.

SANTOS, Milton. *O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania*. São Paulo: Publifolha, 2002.

SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia; SILVEIRA, Maria Laura. *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1998.

SILVA, J. Graziano da. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: Unicamp/IE, 1996.

SILVA, M. A. M. Trabalhadores Rurais nos Campos Paulistas: Histórias Mutiladas. *Rembu - Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana*, v. 32, n. 70, p. 1-18, 2024.

SILVA, M. A. M. Trabalhadores rurais; a negação dos direitos. *Raízes*, Campina Grande, v. 27, n. 1/2, p. 29-42, 2008.

SILVA, M. A. M.; BUENO, J. D.; MELO, B. M. Quando a máquina “desfila”, os corpos silenciam: tecnologia e degradação do trabalho nos canaviais paulistas. *Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 4, n. 1, p. 85-116, 2014.

SILVA, Roberto Marinho; NUNES, Emanuel Márcio. Agricultura familiar e cooperativismo no Brasil: uma caracterização a partir do Censo Agropecuário de 2017. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 61, n. 2, e252661, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.252661>.

SOUZA, Priscila; ALBUQUERQUE, Amanda. Desigualdades no campo: avaliando o acesso ao crédito na agricultura familiar brasileira. *Nexo Jornal*, 6 dez. 2023.

VIEIRA, Maria Antonieta da Costa; BRUNO, R. A. L. Representações de trabalhadores, gatos e empregadores sobre o trabalho escravo. In: FIGUEIRA, Ricardo Resende; PRADO, Adonia Antunes (org.). *Olhares sobre a Escravidão Contemporânea: novas contribuições críticas*. Cuiabá: EdUFTM, 2011. v. 1, p. 1-418

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA:

Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

FINANCIAMENTO:

O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil (CNPq).

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE:

A autora declara que pretende realizar a pesquisa de campo simultaneamente à realização de seu exercício laboral como trabalhadora da Editora Expressão Popular. A escrita de material didático nas escolas de agroecologia permitirá um convívio cotidiano nos municípios em que será possível estabelecer contatos para as entrevistas, e serão tomadas todas as precauções e atenções relativas aos impactos que esta entrada específica em campo apresentam.

MINIBIOGRAFIA DA AUTORA DO PAPER

Lia Fuhrmann Urbini é doutoranda em Sociologia na FFLCH-USP, orientada pelo prof. Ruy Braga. É mestre em sociologia política pelo CFH-UFSC, bacharel em Ciências Sociais pela FFLCH-USP e licenciada em Ciências Sociais pela FE-USP.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.